

Sexta-feira, 06 de Julho de 2018. Um crime contra a Informação, por extensão contra a opinião pública: “O Brasil teve 500 (quinhentos) anos para se organizar.” Ignorância ou má-fé, nas circunstâncias qualquer das duas hipóteses constitui erro grosseiro ou gravíssimo *parti pris*.

O Brasil apenas se fez independente em 1822. O domínio português sobre o país foi exercido com mão de ferro e crueldade, na pauta impostos e taxas extorsivos sobre tudo, enforcamentos, esquiteamentos e partes de corpos humanos exibidos publicamente. Era proibido abrir escolas, estradas, instalar indústrias, o comércio apenas podia ser praticado por portugueses, todas as riquezas e todo o ouro aqui produzidas e extraído eram carregados para Portugal.

A Corte de Pedro II era portuguesa de hábitos e costumes, ressalvada a pessoa do Imperador, que tinha muito de estadista, mas não mandava nada.

A Constituição de 1891 foi feita para os estrangeiros, uma prática nascida com o descobrimento, iniciada com a exploração sistemática, continuada no primeiro Império e organizada no segundo; o complexo de vira-latas vem de longe, tem seus motivos e continua sendo estimulado por declarações como a da temática deste texto, além de permanentes ataques e tentativas de desmoralização contra os que não são, mantenhamos o tom, *yes men*, ou não dizem amém ao *statu quo*. Na década de 1920 os Bancos eram portugueses, o crédito naturalmente seletivo, as empresas portuguesas no Rio de Janeiro não empregavam brasileiros e aconselhavam empresas de outras nacionalidades aqui estabelecidas a fazerem o mesmo. Não foi outra a razão da Lei dos Dois Terços, a obrigação de empregar brasileiros, os donos do país, afinal, na proporção de 2/3 do total do quadro de funcionários, só vinda por obra de uma ditadura, a de Getúlio Vargas, que deu ao Brasil, com a Companhia Siderúrgica Nacional, a base para a sua industrialização, além de uma legislação trabalhista que acabou com o tipo de escravo que era o trabalhador empregado de então. A ditadura da década de 1930, meu querido leitor, a CSN da década de 1940, quando já estávamos beirando a metade do século XX. Não defendo e não pactuo com ditadura nenhuma, tenho verdadeiro horror a que pretendam me dizer o que posso ler, dizer ou escrever, como devo viver a vida que é minha; meu respeito incondicional reservo para a lei, meu norte, meu limite, formulada e promulgada em uma democracia, sob Estado de Direito. O exemplo foi dado somente para ilustrar o fato de como os brasileiros e o Brasil têm sido humilhados, sacrificados e travados pela chamada Sociedade Civil, expressão que uma cabeça *limpa* jamais entenderá. E tudo vem das origens, sim, com a sempiterna concordância das nossas elites, cujo sonho dourado é o de serem estrangeiras dentro do seu próprio país, forma de diferenciarem-se e se manterem afastadas da população em geral, para a qual não estão nem aí. Transcrevo; qualquer semelhança com a nossa realidade atual não é mera coincidência, é prática pentasecular, isto, sim, coisa de 500 (quinhentos) anos:

“(…)

Em Minas só havia duas coisas certas: a morte e o aumento dos impostos. Até para atravessar os riachos se desembolsava uma contribuição.

Multa e percentagem: eram duas palavras que andavam pela boca dos administradores com mais frequência que o bom-dia ou o boa-noite na boca dos administrados. Afim de adoçar a rapinagem, teciam-se mansos euphemismos, falando-se em alfinetes para a rainha e em enxovas de princezas. Cobrava-se até um subsídio literário, doce ironia oficial numa região onde não existia uma só bibliotheca publica. Havia ainda um subsídio voluntário, sendo de calcular, mesmo sem intenção humorística, que muitos mineiros passassem carregados de ferro (agrilhoados) pelas vielas de Diamantina ou Villa Rica, por se terem recusado a pagar o tal subsídio voluntário...

Tanto onus e nenhuma compensação ao contribuinte. Nem polícia, nem estradas, nem assistência sanitária, nem serviço postal, ‘nada que de longe justificasse, ou pelo menos excusasse a rapina lusitana’.

Tudo era defeso, tudo era proibido ao pobre zé-pagante, ao eterno escorchado. A menor infração aos regulamentos e aos códigos provocava ‘penas crudelíssimas’. Confiscos, prisões, o desterro e não raro a morte, eis o que esperava a quantos pretendessem resistir.

Quem quer que abrisse uma nova estrada, por onde talvez se escoassem as pepitas e os cristaes destinados ao Reino, era considerado um criminoso irredimível.

A tudo se sobrepunha a logica irresponsível do ferro e do fogo. As represalias administrativas autorizavam até o incêndio de arraiaes inteiros, a matança de famílias, de facções completas. Dava-se um premio a quem assassinasse um conspirador. Felipe dos Santos, condenado sem processo, foi ‘atado ás caudas de quatro cavallos bravios e arrastado e esquartejado vivo pelas ruas de Villa Rica’, morrendo ‘sem socorros da religião, sem sepultura christã, nada!’

(…)”

SEGUE NA PÁGINA ABAIXO

(Agrippino Grieco, Introdução, XII e XIII, in Antonio Torres, As Razões da Inconfidência – A. J. Castilho, Livreiro – Rio de Janeiro – M CM XXV - 1925)

Como escrevi um outro dia, Amigo, credibilidade é como virgindade, uma vez perdida, acabou-se!

Não é difícil entender porque o Brasil é como é. E tem mais, muito mais. E pior. Não se zanguem, envergonhem-se, isso é História, senhores!...

